

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.454 - CE (2019/0310643-9)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : VULCABRAS DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS ESPORTIVOS**  
**LTDA**  
**ADVOGADO : RAFAELA OLIVEIRA DE ASSIS - SP183736**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. II, IPI, PIS – IMPORTAÇÃO e COFINS – IMPORTAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. VALOR ADUANEIRO. DESPESAS DE CAPATAZIA. INCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 4º, § 3º, DA IN SRF 327/2003. ILEGALIDADE. LIMITES DA COMPENSAÇÃO. APELAÇÃO DESPROVIDA. REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE PROVIDA.

1. Trata-se de recurso de apelação interposto pela União (Fazenda Nacional) e remessa necessária contra sentença que julgou procedentes os pedidos do autor da ação de procedimento comum, reconhecendo a inexigibilidade da inclusão das despesas de capatazia (THC) após a chegada dos navios aos portos brasileiros e, por conseguinte, excluiu tal encargo da base de cálculo dos tributos de importação (II, IPI, PIS e CONFIS – importação) recolhidos pela parte autora, além de ter assegurado o direito da contribuinte à compensação dos valores recolhidos indevidamente.

2. A legislação vigente apenas permite a inclusão no valor aduaneiro das despesas efetuadas até a chegada da mercadoria no porto, aeroporto nacional ou ponto de fronteira alfandegado, o que exclui os gastos com capatazia, atividade de movimentação de mercadorias após a sua chegada.

3. Desse modo, a Instrução Normativa SRF nº 327, de 2003, ao prever tal inclusão de gastos na composição do valor aduaneiro, extrapolou o contido no art. 8º do Acordo de Valoração Aduaneira e art.

77 do Decreto nº 4.543, de 2002, ampliando, indevidamente, a base de cálculo da exação.

4. O Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento de que é ilegal o art. 4º, parágrafo 3º, da Instrução Normativa/SRF 327/2003, considerando que a inclusão das despesas com capatazia, abrangendo, nos termos do art. 40, parágrafo 1º, da Lei dos Portos (Lei 12.815/13), inclusive descarga, movimentação e conferência de mercadorias importadas após a

chegada destas ao porto alfandegado, desrespeita os limites dados pelo Acordo de Valoração Aduaneira - AVA e pelo Decreto 6.759/09 (AgInt no REsp 1566410/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 27/10/2016; AgInt no REsp 1597911/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 09/05/2017).

5. Precedentes desta Corte: 08044266820154058100, AC/CE, Rel. Des. Federal VLADIMIR CARVALHO, 2ª Turma, j. 09/12/2016; 08007830520154058100, APELREEX/CE, Rel. Des. Federal PAULO MACHADO CORDEIRO, 3ª Turma, j. 04/08/2016; 08000672120154058312, APELREEX/PE, Rel. Des. Federal CESAR CARVALHO [conv.], 4ª Turma, j. 20/08/2015.

6. A declaração do direito à compensação, a ser exercido após o trânsito em julgado (art. 170-A do CTN), deve observar as limitações previstas na legislação vigente no momento do encontro de contas. Não estando a sentença de acordo com todos esses parâmetros, deve ser provida em parte a remessa necessária 7. Apelação desprovida. Remessa necessária parcialmente provida, apenas para determinar que a compensação observe as limitações previstas na legislação vigente no momento do encontro de contas.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fl. 266, e-STJ).

A recorrente, nas razões do Recurso Especial, alega que ocorreu violação dos arts. 458, II, e 1.022 do CPC/2015; 1º e 8º do GATT; e 96 e 100 do CTN. Aduz a legalidade do art. 4º, § 3º, da IN SRF 327/2003. Sustenta, em suma, que a incidência do Imposto de Importação ocorre no momento do despacho aduaneiro, sendo este o momento em que ocorreu o desembaraço das mercadorias, motivo pelo qual entende que as despesas de transporte dessa mercadoria até o local do desembaraço devem ser computadas na base de cálculo do imposto.

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 21.10.2019.

Verifico que a matéria versada no apelo foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos nos Recursos Especiais 1.799.306/RS, 1.799.308/SC e 1.799.309/PR (Tema 1.014): "Inclusão de serviços de capatazia na composição do valor aduaneiro".

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual (Lei 11.672/2008), isto é, a criação de mecanismo que oportunize às instâncias de origem o juízo de retratação na forma dos arts. 543-C, § 7º, e 543-B, § 3º, do CPC/1973 e 1040 e seguintes do CPC/2015, conforme o caso.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. TEMA

VEICULADO EM RECURSO ESPECIAL COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A QUO PARA FINS DE JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. ATO DE SOBRESTAMENTO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A discussão posta nos autos, a saber, o alcance da expressão "folha de salários", para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações, teve sua repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no RE 565.160 RG/SC - Tema 20.

2. Em se cuidando de recurso excepcional versando sobre tema afetado em repercussão geral, tanto o STF quanto o STJ vêm determinando o retorno dos processos aos Tribunais de origem, para que neles se aguarde o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia para posterior realização de juízo de adequação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015).

3. Na linha da jurisprudência desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória, por isso se trata de provimento irrecorrível. Precedentes: STJ - AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 20/9/2017); STF - RE 630.719 AgR-segundo-AgR-AgR, Relator Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, julgado em 17/11/2017, DJe-270 DIVULG 27-11-2017 PUBLIC 28-11-2017. Certo, porém, que ficam a salvo dessa diretriz situações reveladoras de erro ou equívoco patentes, o que não se verifica no caso ora decidido.

5. Agravo interno não conhecido. (AgInt no REsp 1.669.263/PR, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 4.5.2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO SUS. VIOLAÇÃO DO ART. 32 DA LEI 9.656/1998. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA DE FUNDO, PELO STF, NO RE 597.064/RJ. RE INTERPOSTO, NO PRESENTE PROCESSO. ENTENDIMENTO DO STF PREJUDICIAL AO RESP.

1. O Supremo Tribunal Federal, no RE 597.064/RJ, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, reconheceu a existência de Repercussão Geral quanto ao tema relativo ao "ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde" (Tema 345).

2. Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual (Lei 11.672/2008), isto é, a criação de mecanismo que enseje às instâncias de origem o juízo de retratação na forma do art. 543-C, § 7º, e 543-B, § 3º, do CPC/1973; e 1040 e seguintes

do CPC/2015, conforme o caso.

3. A Segunda Turma do STJ já decidiu pela possibilidade de o Relator, levando em consideração razões de economia processual, apreciar o Recurso Especial apenas quando exaurida a competência do Tribunal de origem.

4. Embargos de Declaração acolhidos para anular os acórdãos de fls. 1.309-1.321, e-STJ, e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/1973; e 1.040 e seguintes do CPC/2015 e após a publicação do acórdão do respectivo recurso excepcional representativo da controvérsia: a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo. (EDcl no REsp 1.685.611/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19.12.2017)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO E A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO OU DA REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO STF. QUESTÃO PRELIMINAR. RECURSO EXTRAORDINÁRIO SOBRESTADO NA ORIGEM. BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Esta Turma tem entendido que, "[...] se há nos autos recurso extraordinário sobrestado em razão do reconhecimento de repercussão geral no âmbito do STF e/ou recurso especial cuja questão central esteja pendente de julgamento em recurso representativo da controvérsia no âmbito desta Corte (caso dos autos), é possível ao Relator determinar que o recurso especial seja apreciado apenas após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso extraordinário, na forma do art. 543-B, § 3º, do CPC, e/ou após cumprido o disposto no art. 543-C, § 7º, do CPC. É oportuno registrar que providência similar é adotada no âmbito do Supremo Tribunal Federal" (AgRg no AREsp 153.829/PI, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 17/5/2012).

2. A decisão agravada encontra-se alinhada a esse entendimento, razão pela qual deve ser mantida.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.421.376/RS, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 29.9.2017)

**Pelo exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 1.040 e seguintes do CPC/2015 e após a publicação do acórdão do respectivo**

**recurso excepcional representativo da controvérsia:**

**a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou**

**b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator